



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

ATA Nº 2 – Segunda Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Montalegre, realizada no dia 30 de abril de 2018

No dia trinta de abril do ano de dois mil e dezoito, pelas nove horas, nesta vila de Montalegre, no Salão Nobre dos Paços do Município, realizou-se a segunda sessão ordinária da Assembleia Municipal de Montalegre, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1 – Apreciação e votação da ata nº 1, da 1ª sessão ordinária do dia 26 de fevereiro, do ano 2018.

2 – Expediente para conhecimento.

3 – Período Antes da Ordem do Dia.

4 – Período da Ordem do Dia:

4.1 - Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, acerca da atividade do município, bem como da respetiva situação financeira, nos termos do disposto na alínea c), do n.º 2, do artigo 25.º, e n.º 4, do artigo 35.º, ambos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;

4.2 - Apreciação e votação dos documentos de prestação de contas do exercício económico de 2017 – Mapas de Prestação de Contas e Relatório de Gestão;

4.3 - 1ª Revisão aos Documentos Previsionais do ano financeiro 2018 (Revisão ao Orçamento da Despesa, Revisão do Orçamento da Receita, Plano de Atividades Municipais e Plano Plurianual de Investimento);

4.4 - Pedido de apoio financeiro, formulado pela Junta de Freguesia de Ferral, destinado a suportar a despesa com a realização do programa do Evento Misarela 2018;

4.5 - Regularização extraordinária RERAE (DL.165/14, de 5 de novembro) -Declarações de Interesse Público Municipal;

4.6 - Proposta de designação de júri de recrutamento de cargos de direção intermédia de 2º grau. Divisão de Finanças (DF);

4.7 - Proposta de designação de júri de recrutamento de cargos de direção intermédia de 2º grau, Divisão de Ordenamento do Território, Urbanismo e Obras Municipais (DO-TUOM);

4.8 - Proposta de designação de júri de recrutamento de cargos de direção intermédia de 3º grau, Unidade de Serviços Operativos (USO);

4.9 - Proposta de designação de júri de recrutamento de cargos de direção intermédia de 1º grau, Departamento de Planeamento e Gestão do Território. (DPGT);

4.10 - Designação de júri de recrutamento de cargos de direção intermédia de 2º grau, Divisão Administrativa (DA);



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

4.11 - Designação de júri de recrutamento de cargos de direção intermédia de 2º grau, Divisão de Ambiente e Serviços Urbanos (DASU);

4.12 - EHATB, EIM, SA / Relatório de Execução Orçamental 4º trimestre 2017;

4.13 - EHATB, EIM, SA / Dossier de Prestação de Contas de 2017;

5 – Período após a ordem do dia.

Efetuiu-se o registo das presenças, tendo-se verificado que estavam presentes quarenta e seis membros à exceção dos deputados Ana Maria Martins, Jorge Lestra, Gorete Afonso, Lúcia Jorge e Jaime Barroso.

Justificaram as faltas à sessão anterior os deputados António Eduardo Santos, Ana Maria Martins e João Santos.

Além do Senhor Presidente da Câmara Municipal, Manuel Orlando Fernandes Alves e do Senhor Vice - Presidente da Câmara Municipal, David José Varela Teixeira, estiveram presentes os Vereadores António Gonçalves Araújo, Paulo Jorge Miranda da Cruz e José Moura Rodrigues.

Registando-se quórum, o Senhor Presidente da Assembleia declarou aberta a sessão.

O Senhor Presidente da Assembleia pediu autorização à Assembleia para aditar à ordem de trabalhos o ponto “4.14 – Informação relativa aos compromissos plurianuais”.

Deliberação: Aprovado por unanimidade.

1 – Apreciação e votação da ata nº 1 da 1ª sessão ordinária do dia 26 de fevereiro, do ano 2018.

A ata da sessão ordinária do dia 26 de fevereiro de 2018 foi posta à consideração, não tendo havido qualquer reparo.

Posta a votação, a ata foi aprovada por maioria com uma abstenção do deputado João dos Santos por não ter estado presente na referida reunião.

2 – Expediente para conhecimento.

Não houve expediente para conhecimento.

3 – Período Antes da Ordem do Dia:

Inscreveram-se para intervir os deputados Hernâni Carvalho, Duarte Gonçalves, João Carlos Rodrigues, José João Carvalho de Moura, João Soares, Iva Rebelo, Sandra Gonçalves, Manuel Rebelo, Ricardo Moura, Pedro Barroso, Ana Isabel Dias e Acácio Gonçalves. Nuno Pereira,

O deputado Hernani Carvalho congratulou-se com a iniciativa da autarquia de certificação dos restaurantes do concelho, que visa a certificação e valorização dos produtos locais e o território e garantir que os agentes económicos são os maiores divulgadores dos nossos produtos.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Perguntou qual o feedback, por parte das unidades hoteleiras, acerca do projeto que está em fase embrionária e quais são os restaurantes aderentes a esta iniciativa. Terminou felicitando o executivo pelas comemorações do 25 de abril pois sem liberdade não estaria a expor as suas opiniões.

O deputado Duarte Gonçalves, em representação do Grupo Municipal de PSD, apresentou à Mesa a seguinte proposta de “voto de pesar pelo falecimento do Prof. Dr. João Calvão da Silva: “Voto de pesar pelo falecimento do Professor Doutro João calvão da Silva: João Calvão da Silva, nasceu em Solveira em 20/02/1952 e faleceu em Coimbra no passado dia 20/03/2018. Professor Universitário de carreira e juriconsulto de elevada craveira, licenciou-se em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra desde esse ano. Entre 1983 e 1985, foi Secretário de Estado Adjunto do Vice-Primeiro- Ministro do IX Governo Constitucional.

Depois da experiência governativa, entre 1985 e 1992 foi Presidente da Comissão de Fiscalização da TAP Air Portugal e entre 1992 e 1995 foi membro do Conselho Superior do Ministério Público. Em 2005, foi eleito membro do Conselho Superior da Magistratura, até 2009.

Voltou à política ao ser eleito deputado, pelo PPD/PSD nas legislativas de 1995, integrando a Comissão de Assuntos Constitucionais, até 1999.

Entretanto, foi sucessivamente administrador do Banco Totta e açores, do Crédito Predial Português e da Sic.

Em 2015, foi nomeado Ministro da Administração Interna do XX Governo Constitucional.

Faleceu dia 20 de março de 2018, vítima de doença prolongada.

Foi agraciado, a título póstumo, com grau de Grande- Oficial da Ordem do Infante D. Henrique. Portugal perdeu uma referência no mundo académico, mas sobretudo um grande cidadão.

Barroso perdeu um dos seus filhos mais prodigiosos e ilustres.

Pelo seu percurso e exemplo de vida, propõe-se que a Assembleia Municipal delibere aprovar o presente voto de pesar pelo falecimento do Professor Doutro João Calvão da Silva. Assinado pelos deputados municipais do PSD”.

Apresentou ainda à Mesa a seguinte Recomendação de alteração do artigo 4º do Regulamento de Venda de Terrenos em Loteamentos Industriais Municipais: “Tendo em conta que o nosso concelho tem sofrido um despovoamento acentuado, um dos maiores do País.

Tendo em consideração que o principal fator de fixação das pessoas ao território é o emprego. Tendo em conta que 85% das empresas portuguesas são PME’s, ou seja, empresas com menos de 10 trabalhadores, e sendo estas o pilar da economia portuguesa.

Considerando o débil tecido económico do concelho, e a necessidade imperiosa de captar investidores e empreendedores que fomentem a criação de empresas de base produtiva e de transformação, criando por esta via emprego duradouro.

Considerando a premente necessidade de competitividade do nosso concelho face aos demais em matéria de atratividade empresarial, agravada pelo facto de até a cidade mais próxima, Chaves, ter uma estratégia extremamente competitiva nestes domínios e que segundo últimas notícias está a ser um sucesso.

Considerando que deve ser feita uma aposta numa estratégia de marketing agressiva que mostre a clara vontade da autarquia em apoiar e cativar investidores por esta via.

Face ao exposto: 1- recomendamos a redução dos preços dos lotes das zonas industriais, criando apenas dois escalões; a) o valor simbólico de 1€/m2 para criação de 3 postos de trabalho e até 10 postos de trabalho diretos e permanentes; b) o valor de 1 cêntimo/m2 para criação de mais 10 postos de trabalho diretos permanentes; 2- em complemento recomendamos igualmente aumentar o escalão de aplicabilidade de taxa de derrama para 300.000€ de volume de negócios, de forma a isentar um maior leque de PME’s a instalar ou já instaladas. Assinado, o grupo municipal do PSD.”

O deputado João Carlos Rodrigues entregou o seguinte documento à Mesa: “Dia 30 de abril... finda o mês das águas mil, ou dos reconhecimentos e eventos mil!



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Estamos ainda na ressaca do Mundial de RallyCross, onde mais uma vez Montalegre esteve na primeira linha, desta feita no desporto motorizado, como de resto tem sido habitual ano após ano.

Antes disso inaugurou-se a UCC, importante resposta social ao nível dos cuidados de saúde, que vai empregar cerca de 40 pessoas oriundas do nosso concelho, que é um enorme estímulo para a economia familiar e local, e que sem o apoio da Município não seria possível coloca-la ao serviço da comunidade.

A sexta 13 que já dispensa comentários e elogios.

E ainda no início do mês a nomeação da Mesa de Montalegre como Pré-finalista das 7 Maravilhas à Mesa que é um projeto com o alto patrocínio do Ministério da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural, da Secretaria de Estado do Turismo e da Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, desenvolvido em parceria com a Associação de Municípios Portugueses do Vinho.

Mas o que de facto queria aqui salientar hoje é uma das distinção, do mais gratificante que há e da maior importância para o futuro do concelho: BARROSO PATRIMÓNIO AGRÍCOLA MUNDIAL.

Elevado, sobretudo nas páginas do nosso querido Bento da Cruz, cá está o reconhecimento, ao mais alto nível, do Ecomuseu de Barroso.

E é de facto ao mais alto nível, é que o certificado de reconhecimento foi recebido na sede da FAO, que é tão só uma Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura. Parece simbólico! Não é, é a primeira certificação recebida em Portugal.

E não é simbólico porque está aqui uma oferta concreta de esperança para a nossa terra e um motivo forte para o senhor Presidente da Câmara escrever uma carta, ao Sr.º Primeiro-ministro e a todos os ministros a questionar:- Os outros reconhecem, e o nosso governo?

E apresentar às entidades, como estou certo de que estará a ser preparado no seguimento do qualificado estudo, um ambicioso caderno de encargos que melhore as condições de vida dos barrosões, para poderem cá continuar a viver e tratar desta riqueza cultural e ambiental tão valiosa.

Mas a responsabilidade desta distinção, e honra para todos, sugere também que uma réplica do diploma fosse entregue, não só aos autarcas, mas para cada Barrosão ostentar, para saber também as obrigações e as oportunidades que podem construir.

É um momento de orgulho, de partilha, de reforço da coesão e de ambição para o futuro.

Parabéns à ADRAT, ao Ecomuseu, a todos os técnicos e o reconhecimento político a quem acreditou e acredita na nossa terra e na nossa gente. Assinado, o deputado municipal João Carlos Rodrigues”.

O deputado José João Carvalho de Moura entregou o seguinte documento à Mesa: Exmo. Sr. Presidente da Assembleia, Exmo. Sr. Presidente da Câmara, Exmos. Srs. Deputados: em primeiro lugar queria congratular-me, pela classificação no passado dia 6 de Abril dos concelhos de Montalegre e Boticas como Sistema Agrícola Tradicional de Relevância Global (GIAHS) pela FAO. É uma distinção importante, porque certifica a nossa identidade territorial, cultural e social de Barroso como única.

Como veem, os deputados da oposição não vêm aqui apenas verborrear palavras depreciativas acerca da gestão municipal, mas sim, elogiando quando se faz bom trabalho, nunca esquecendo os nossos ideais da social-democracia, defendendo a transparência governativa e promovendo reais reformas estruturais por forma a criar medidas de estímulo ao investimento, à produtividade, à criação de emprego, e levantando questões pertinentes que sejam do interesse de todos os barrosões.

Portanto, não há dúvidas que esta distinção é positiva, que é um passo na direção certa. No entanto, nem sempre assim tem sido. Basta lembrar o sorvedouro de dinheiro em que se transformaram as corridas na Pista Automóvel. E porque esta referência às corridas? Porque são dois extremos em termos de decisões da nossa Câmara, uma boa e outra má. Isto acontece quando os decisores não têm as noções mais básicas do que é desenvolvimento local e regional e não se rodeiam de pessoas com essas competências.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Outra questão é o aproveitamento desta distinção. Provavelmente, a Câmara vai olhar para ela como a última oportunidade para justificar e reforçar a aposta no turismo, dando seguimento a uma aposta que fez há quase trinta anos, mas que tarda em dar o retorno esperado.

É necessário intervir em termos estruturais na lavoura, apoiar as pessoas que querem viver dela e criar condições para que tenham sucesso, respeitando as suas bases mais tradicionais, para que ela continue a ser o motor da nossa economia, como sempre aconteceu.

Por isso é que uma das principais medidas do programa eleitoral da Coligação “A Força da Mudança” era um programa de emparcelamento de longo prazo.

Mas há que respeitar equilíbrios e estabelecer prioridades, de forma a não dar uma no cravo e outra na ferradura, como é o caso particular do carvalhal do Avelar.

Em Maio de 2016 a Câmara de Montalegre aderiu a um movimento Loving the planet, uma grande plataforma mundial para a defesa da natureza e dos valores ecológicos, de forma a potenciar os 120 hectares do carvalhal centenário do Avelar, um maciço arbóreo que circunscreve parte da vila de Montalegre, e que constitui um património de elevado valor ecológico, paisagístico, cultural e histórico. E nessa altura, passo a citar um vereador socialista, “a cultura deve estar por detrás deste movimento que se pretende que tenha retorno turístico e de investimento para o nosso território”.

Mais ainda, foi salientado que “o concelho de Montalegre tem várias áreas de carvalhal, com características muito próprias. Um dos nossos grandes objetivos é a preservação e manutenção dos carvalhais, sejam públicos ou privados”.

Terminando desta forma singular “o carvalhal do Avelar é o nosso maior “miminho”. São dezenas de hectares que mantêm a mesma cobertura. É um local onde há trufeiras, azevinhos com líquenes, pequenas plantas carnívoras e com uma fauna lindíssima. Não podemos permitir que lhe façam um corte raso e que seja roubada madeira todos os dias. Assinado, o deputado municipal José João Moura”.

Pois não é isto que está a acontecer Srs. deputados! Além da especulação imobiliária que existe atualmente nos lameiros do Avelar, assiste-se todos os dias a um corte de árvores seculares, acompanhado de um desbravamento e limpeza dos caminhos, sem qualquer tipo de planeamento e preservação.

Agora pergunto a esta sala e ao Sr. Presidente em particular, que planos ou projetos existem para o carvalhal do Avelar, uma reserva natural reconhecida mundialmente?

Será que o nosso “miminho” vai ser literalmente destruído quando anda a apregoar a todos os barrosões a aposta no ambiente?

Será que temos de fazer como O Barão Trepador de Italo Calvino, subir para cima das árvores de modo a não as deixar abater?

Desta forma, senhores deputados, posso cogitar e agoirar, se assim continuar, e espero estar enganado, que o título Sistema Agrícola Tradicional de Relevância Global (GIAHS) vai ser mais uma medalha de cortiça da gestão autárquica do partido socialista.

Não queria retirar-me sem relembrar e saudar o 25 de Abril, data irrefutável da liberdade democrática, que o PSD/CDS acarinha e defende.

E começo por Parafrasear as palavras de Batista-Bastos: onde tu estavas no 25 de Abril?

No meu caso, estava mesmo aqui em frente, na casa do Cerrado, e vivi de forma particular esse dia e os dias seguintes, de tal forma que quando questionado o que queria ser quando fosse grande dizia sempre sem hesitação: soldado, pois na televisão só apareciam as tropas do MFA, que ironia do destino, um dos seus capitães de Abril viria a ser meu sogro, facto que eu e os meus filhos, seus netos, se orgulham, por trazer liberdade e democracia a um povo amordaçado e aprisionado a doutrinas feudais duma república que nunca esqueceu os tempos da monarquia. O 25 de Abril foi uma revolução extraordinária, feita por capitães portugueses que perceberam estar num beco, depois de tantos portugueses terem sido obrigados a ir para a guerra, combatido nela, visto camaradas morrerem, irem pelos ares, perderem pernas, perderem a razão. Mas também foi uma revolução para os africanos, sobretudo angolanos, guineenses, cabo-verdianos e moçambicanos, pensando nos que combateram, nos que morreram, nos que perderam tudo, e em quem os protegeu, alimentou, escondeu. Esquecer assim o 25



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

de Abril é um insulto não só à liberdade que hoje vivemos, e aos portugueses que por ela deram tudo, como aos africanos que também deram tudo pela sua liberdade, e de caminho impulsionaram a nossa.

Espero desta maneira, Sr. Presidente da camara, aquando da sua visita a Cabo-Verde tenha tido isto em consideração, sendo o nosso embaixador, dê um abraço à nossa comunidade barrosã, especialmente a Montalegrense presente no arquipélago e estabeleça laços de cooperação e investimento para o nosso concelho, que neste momento tanto necessita.

Para terminar gostaria de proclamar um poema de Manuel Alegre, socialista, mas principalmente um Abrilista:

DIA DA LIBERDADE – 25 de Abril

É possível falar sem um nó na garganta.
É possível amar sem que venham proibir.
É possível correr sem que seja a fugir.
Se tens vontade de cantar não tenhas medo: canta.
É possível andar sem olhar para o chão.
É possível viver sem que seja de rastos.

Os teus olhos nasceram para olhar os astros
Se te apetece dizer não, grita comigo: não!
É possível viver de outro modo.
É possível transformar em arma a tua mão.
É possível viver o amor. É possível o pão.
É possível viver de pé.

Não te deixes murchar. Não deixes que te domem.
É possível viver sem fingir que se vive.
É possível ser homem
É possível ser livre, livre, livre.

Não há machado que corte
A raiz do pensamento
Não há morte para o vento
Não há morte.

Se ao morrer o coração
Morresse a luz que lhe é querida
Sem razão seria a vida
Sem razão.

Assinado, o deputado municipal José João Moura.”

O deputado João Soares disse que o mundial de ralicross leva a imagem, o nome e a marca de Montalegre a todos os cantos do mundo.

Falou do maior galardão agro-silvo-pastoril atribuído à região de Barroso. Ficou honrado e feliz com este galardão que traz ainda mais responsabilidade pelo facto de sermos barrosões. O barrosão está do lado daqueles que promovem, apoiam, ficam contentes com o progresso e o sucesso das iniciativas da terra. De tudo aquilo que se faz para o engrandecimento e desenvolvimento deste país barrosão. Não podemos dizer que estamos felizes e depois estar do lado daqueles que estão sempre a criticar porque acham que nada está bem feito. Não podemos e não devemos destruir aquilo que é nosso dizendo mal de tudo e de todos. É a imagem de Montalegre, que tanto custou a conquistar, que está em causa.

Ficou admirado quando, alguém no parlamento se levantou para se congratular com este acontecimento, com a conquista deste prémio. Alguém que não é barrosão orgulhou-se de falar



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

neste prémio é de alguém que tem grande sentido de oportunismo político e que percebeu que a marca Barroso ajuda. Pena que aqui em Barroso se deite a baixo o que de bom se faz. Este prémio de orgulhar a todos.

Disse que, em nome da bancada do Partido Socialista, se associa ao voto de pesar aqui proposto.

A deputada Iva Rebelo entregou o seguinte documento à Mesa: “Na ultima assembleia coloquei uma questão que muito me incomoda, a mim e a mais uns quantos munícipes, a questão foi curta e objetiva, lembrando, Existe alguma entidade fiscalizadora para Fossas e descargas ilegais e para fiscalizar o funcionamento da ETAR, se sim, existe algum registo de possíveis infrações? Ao qual o Sr. Presidente afirmou “não ter conhecimento de tais descargas e frisou ainda, mesmo não constando na ata que a ETAR de Montalegre está dimensionada para tratar os afluentes de 300m3 de água, todo o resto é depositado no rio e isso nao tem solução”. Ora bem, depois de uma pesquisa rápida pelo site do município deparei-me que entre o real dimensionamento da ETAR e o valor afirmado pelo Sr. Presidente existe uma grande discrepância, ora vejamos no site do município e recuando ao ano de 2005, ano de inauguração da ETAR, o dimensionamento da ETAR era de 600m3/dia, equivalente a aproximadamente 3700 habitantes, sendo quem os censos de 2011 apontam o número de 1816 habitantes na vila, imagino que a população de Montalegre não aumentou assim tanto em 7 anos mas.... Resumindo a ETAR tem capacidade para tratar o saneamento da população existente na vila, portanto continuo a não perceber porque continuam a existir descargas para o rio, sobe a desculpa de a ETAR não ter capacidade, só vejo duas razões para isto acontecer, como tal peço ao Sr. Presidente explicar, porque esta mais que visto que o problema não está no funcionamento da ETAR.

A ETAR não funciona, à qual não quero acreditar, mas se assim é gostaria de saber onde anda a entidade fiscalizadora?

O ramal de saneamento para a ETAR está mal dimensionado, e para além de transportar saneamento transporta também águas pluviais, sendo assim tem solução.

Como pode ver o problema do saneamento no rio, que deixa um certo aroma no ar nos parques de lazer 1 e 2 durante as noites mais quentes tem solução.

Portanto peço humildemente que repense bem esta questão e se preocupe verdadeiramente com as questões ambientais, porque a água é um dos cinco elementos mais importantes para o planeta. Assinado, a deputada municipal Iva Rebelo.”

A deputada Sandra Gonçalves entregou o seguinte documento à Mesa: “Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal, Exmos. Senhores Vereadores, Exmos. Senhores deputados, meus senhores e minhas senhoras.

Gostaria de iniciar a minha intervenção com um agradecimento à Junta de Freguesia de Salto e ao Ecomuseu (polo da Borralha) pela excelente iniciativa que tiveram na segunda semana de férias escolares da Páscoa, com atividades diversas, durante a tarde, para as crianças dos 6 aos 16 anos. Participaram nesta iniciativa 19 crianças, todas de Salto, felizmente ainda temos algumas crianças na nossa freguesia, e se contabilizarmos as do Baixo Barroso muitas mais temos. Como referi nas minhas intervenções anteriores nesta assembleia, é necessário criar condições para que as nossas crianças tenham férias com qualidade e para que os pais possam trabalhar, sem a preocupação de não ter com quem deixar os filhos. As nossas crianças merecem o melhor.

E porque as nossas crianças merecem o melhor e peço ao Exmo. Senhor Presidente da Assembleia, compreensão em relação ao tempo da minha intervenção, dado, que o problema que aqui trago é de extrema gravidade. A Câmara Municipal investiu na escola primária de Salto mais de trezentos mil euros, na beneficiação do edifício e muito bem. Muitos não terão noção, que infelizmente, uma percentagem considerável da população, ganha pouco mais de trezentos mil euros em 40 anos de trabalho. Poucos terão noção, que a maioria da população vive numa casa com valor inferior a cento e cinquenta mil euros. A Câmara investe trezentos mil



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

euros na escola de Salto, fez uma pseudoinauguração em janeiro, onde as docentes fizeram logo várias reclamações, que o nosso Presidente da Câmara, não levou em conta.

Pois bem, desde aí, as ditas deficiências agravaram-se. E para provar isso mesmo, trago fotografias, do estado lastimável em que se encontra uma escola acabada de ser beneficiada com obras no valor de trezentos mil euros. Peço inclusive ao Exmo. Presidente da Assembleia que anexe as mesmas à ata.

Nestas fotografias vê-se, a água a escorrer pelas janelas devido à condensação e falta de qualidade no isolamento térmico e por consequente o calcário e bolor que se acumula em redor. Derivado à humidade que se acumula e infiltra na escola, os suportes dos lavatórios (que mais parece cartão) completamente danificados, as portas não fecham, nem das salas nem das casas de banho, dados que ganharam volume. Não há porta de saída de emergência e a porta principal abre para dentro e não para fora, em caso de pânico pode acontecer o que todos sabemos. Não há casa de banho para pessoal docente, apenas o WC para deficiente e para as crianças. E agora vejam esta fotografia tão caricata, o WC das crianças da pré-primária além de ser comum, tem duas sanitas paralelas, nem sequer tem uma divisória, isto é simplesmente inconcebível, são crianças, mas têm direito à privacidade. O quadro da luz não tem sinalização com as devidas placas, está escrito à mão. Foi feito um ajuste direto recentemente, para equipamento escolar, no valor de 32.542€, é para substituir o que está danificado? Se já pagamos esse mobiliário nos trezentos mil euros, vamos voltar a pagar novamente? Foram acionadas as garantias da obra junto do empreiteiro? O empreiteiro diz que o projeto mandava por estes materiais de fraca qualidade, em que ficamos?

Passando para o exterior, no ano de 2010, investiu-se 1460€, para dar um arranjo no parque infantil, onde estacam os baloiços e escorregas, este parque foi desmontado, sem qualquer necessidade pois não afetava os trabalhos e quando confrontado com a situação, o nosso presidente da Câmara informou que a montagem não estava incluída no orçamento. Ora se não estava incluída a montagem, para que retiraram o parque? Provavelmente, para ser feito mais um ajuste direto inflacionado, o povo paga. Para não falar das máquinas de aquecimento que já está a rachar. O pavimento exterior está num estado vergonhoso, as crianças, magoam-se constantemente.

Como se tudo isto não fosse suficiente, há mais. Na assembleia de dezembro de 2017, referi, como era possível, numa beneficiação de um edifício pelo valor de trezentos mil euros e o projeto não contemplar mais salas de aulas, lembrei que por falta de um aluno na turma da pré-primária, não se constituíram duas turmas, neste ano letivo, pois não haveria sala para colocar a turma. Não haverá uma sala para que os professores de apoio, possam calmamente, lecionar e dedicar-se aos alunos com necessidades especiais (neste momento dão apoio no refeitório) não haverá sala para o terapeuta da fala ou para a psicóloga fazerem o seu trabalho (neste momento, estando o refeitório ocupado, fazem o seu trabalho no hall da entrada), a resposta do nosso presidente foi que há 30 anos atrás era bem pior. Pois era, digo eu e quando nem escolas havia era pior ainda. E agora vejam não há salas suficientes, para uma ou duas crianças que fazem anos, ainda em 2018, mas depois do início das aulas. Vão ficar em casa mais um ano porque não há salas para 5 turmas!

É lamentável constatar que afinal eu tinha razão e não foi dado o melhor às nossas crianças.

Há quem diga que sou o paradigma do mal dizer e revolucionária. É-me impossível dizer bem do que está mal, mal muito adquiriram habilidade para tal. Antes revolucionária, que acomodada, antes revolucionária, a ser uma marioneta manipulada pelo sistema político instalado no nosso concelho. Assinado, a deputada municipal Sandra Gonçalves.”

O deputado Nuno Pereira associou-se ao discurso do deputado José João Moura sobre o 25 de abril pois realça os valores democráticos que nos honram abraçar e defender.

Disse que, uma vez que o Presidente da Câmara vai a Cabo Verde, arrisca-se a pedir, em nome do 25 de abril que vá também ao Tarrafal e depositasse um ramo de cravos vermelhos em homenagem a Bento Gonçalves, ilustre Montalegrense, ilustre antifascista.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Saudou a Câmara Municipal por esta se associar ao Agrupamento de Escola Bento da Cruz através do protocolo de combate ao insucesso escolar. A escola pública presta um bem público e educativo que só tem sentido se houver sucesso educativo.

Falou sobre um pedido de esclarecimento ao Governo, feito por alguém de Montalegre, possivelmente ligado à Direção da Escola, sobre as obras de remodelação da escola Bento da Cruz. É sabido por toda a gente do investimento que a Câmara tem feito no parque escolar do concelho. A Escola é um lugar onde se ensina e onde se aprende. Não deve ser bandeira política de alguns.

O deputado Manuel Rebelo disse que toda a gente fica contente com a Revolução de Abril de 1974. No entanto, em 1975 as forças armadas vieram a Montalegre para levar gente presa.

Falou da estrada municipal Montalegre/Chaves por Vilar de Perdizes foi projetada em 1986. Em 1988 começa a obra e em 1989 o PSD perde a Câmara. O itinerário era até Soutelinho com variantes em todas as aldeias. O PS ganha as eleições e as coisas mudaram. Fizeram novos itinerários e pontes e tudo isso é responsabilidade do PS.

Disse que a Câmara tem um débito às Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro e há um acordo para pagamento. No verão, quando é precisa água, a autarquia vai buscá-la ao rio. Perguntou se não seria mais económico fazer ligação através da rede das Águas de Trás-os-Montes do que gastar energia elétrica a bombear água da ponte de Padroso para o depósito?

Quanto à abertura da UCC disse toda a gente quer este espaço a trabalhar. É uma mais-valia para o concelho. O PSD foi acusado de não a querer aberta, mas trata-se de mentiras políticas. O edifício novo foi inaugurado já velho. Está todo rachado por fora e por dentro porque foi mal construído. A única coisa que o PSD critica é que o todo o processo da UCC não foi transparente.

Frisou que um dia mais tarde irá falar sobre a variante à vila de Montalegre.

O deputado Ricardo Moura saudou toda a gente e deu os parabéns pela abertura da UCC. Disse que quem parou a obra foi o Governo do PSD porque não pagou ao empreiteiro. Esse Governo parou muitas obras iguais à de Montalegre. Tanto quis apertar o cinto que até enforcou alguns. Teve que ser o Governo Socialista a fazer com que a obra acabasse. A obra vem tarde mas ainda vem a tempo.

Pensa que alguma coisa já mudou na bancada do PSD pois já viu dois jovens da bancada da oposição a dar os parabéns ao executivo municipal.

Deu os parabéns ao executivo municipal pelo fim de semana, com os melhores pilotos de sempre, que trouxe milhares de pessoas a Montalegre e mostraram Montalegre ao mundo. O PSD devia admitir que a pista é um sucesso ganho.

Disse que o Presidente da Câmara, quando vai ao estrangeiro vai trabalhar ao contrário de outros que iam passear.

O deputado Pedro Barroso entregou o seguinte documento à Mesa: “Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal e restante mesa, Exmos. Sr. Presidente da Câmara e Senhores Vereadores, caros colegas.

Antes de passar aos temas que trago queria dizer ao “meu” Presidente da junta que sei que a nossa freguesia é muito valiosa. É tão valiosa que temos o mato mais caro do mundo. A quanto terá ficado o m2 de mato onde foi colocada a pista automóvel? Mesmo nós sendo património da FAO acho que o m2 ainda não vale tanto como custou a todos os Barrosões.

Passando à minha intervenção propriamente dita, e em primeiro lugar, queria perguntar se o Município está ao corrente do Despacho nº 3283/2018, relativo à campanha de apoio à esterilização de cães e gatos errantes, e se eventualmente já fizeram alguma candidatura ao apoio que o governo destina para esta medida. Considero que seria importante trabalhar neste ponto para ajudar a reduzir a sobrepopulação de cães e gatos vadios em Montalegre, um problema já reconhecido até pelo presidente da Câmara.

Em 2º lugar vou partilhar algumas questões e inquietações do articulista Bento Monteiro que me puseram a pensar e que devem ser respondidas pela Câmara, acerca da empresa Ecohol-



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

ding Florestal LDA, publicadas no NB de 2/04/2018: “No dia 5 de Setembro de 2017 foi constituída a empresa Ecoholding Florestal, Lda, com um capital social de 10 000 euros, definida juridicamente por sociedade por quotas e cuja atividade visa a «prossecução de atividades diretamente relacionadas com a silvicultura, gestão e exploração florestal» (...). A dita sociedade tem como sócios o Eng.º Luís e o Sr. Ricardo (é assim que são identificados) sendo este último o sócio-gerente. Amplo defensor da iniciativa privada chamou-me, no entanto, à atenção, o facto de a Ecoholding ter a sua sede na Avenida D. Nuno Álvares Pereira – Edifício Multiusos 445, 5470-203 Montalegre. Ora, como todos bem sabemos, este edifício é propriedade da Câmara de Montalegre. Mas mais estupefacto fiquei quando tomei conhecimento que, apenas vinte e dois dias depois da constituição desta sociedade ter sido feito um contrato público para «aquisição de serviços técnicos especializados destinados à elaboração da proposta de plano municipal florestal e de conservação da natureza», no valor de 50 000 euros. (...) Quem são o Sr. Ricardo e o Eng.º Luís? Quantos postos de trabalho criaram no concelho e quais as vantagens para o município ao ceder as suas instalações a esta empresa privada? Quando foi tomada a decisão e em que critérios é que a autarquia se baseou para ceder as instalações municipais a uma entidade privada? Ou será que me escapou alguma coisa e a Ecoholding Florestal LDA é uma empresa municipal? Estas são algumas das perguntas a que urge dar resposta. (...) No entanto, de uma coisa estou certo: quem não gostaria de constituir uma sociedade por quotas, ter uma sede num edifício municipal e, «meia dúzia» de dias depois da constituição da empresa fazer um contrato público milionário?”

Por último vou falar do Jornalismo premiado e o jornalismo de propaganda. Pela amostra do que já se ouviu hoje, percebe-se que este mês correu bem para a máquina de propaganda da Câmara. Correu tão bem que até se fizeram notícias à pressão, como aquela da abertura da estrada Vilar-Meixide no “dia das bruxas” ou o concerto dos Blind Zero na noite desse dia. Estas notícias acabaram por gerar outras a cancelar a abertura da estrada e do concerto. E se no segundo caso nem se percebeu muito bem a justificação, pois a noite até esteve muito agradável para a época, no caso da primeira fez todo o sentido e considero que seria mesmo de uma irresponsabilidade total se a Câmara permitisse a circulação numa via completamente alagada, sem segurança absolutamente nenhuma, para os condutores (e digo isto com conhecimento de causa pois tentei lá passar esse dia). Isto só pode ser visto à luz da propaganda e reflete uma tremenda falta de seriedade que não fica bem a nenhum político. Sobretudo um político que bem recentemente acusou uma jornalista de grande calibre, e o seu programa, de vender notícias. Essa jornalista chama-se Sandra Felgueiras e, pasme-se Sr. presidente, venceu com o seu programa “Sexta às 9” o prémio de melhor programa de informação da SPA (<https://www.cmjornal.pt/tv-media/detalhe/sandra-felgueiras-vence-premio-da-spa-e-denuncia-recibos-verdes-no-sexta-as-9>) .

Por falar na estrada que já não é pela ponte, gostava de perguntar que sanções o município vai ter por parte da FIA por não ter cumprido a data que estava protocolada para inauguração da estrada, o dia 1 de Abril de 2018?! Ou era de facto uma mentira premeditada e felizmente não vamos ter consequências? Assinado, o deputado municipal Pedro Barroso.”

A deputada Ana Isabel Dias entregou o seguinte documento à Mesa: “Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara e Senhores Vereadores, Estimados colegas desta Assembleia Municipal. Bom dia a todos: Antes de partilhar convosco o assunto que me fez tomar a palavra, quero parabenizar o Dr. João Moura pela intervenção e alusão que fez ao 25 de Abril, sobretudo por reconhecer nessa data um marco histórico e dizer-lhe que se em criança observava do lado de lá da estrada às cerimónias dessa data, agora pode aproveitar para passar para o lado de cá e participar nas cerimónias do hastear de bandeira e, dessa forma, mostrar o devido respeito pela data. Este ano já não vai a tempo mas talvez no ano que vem o possamos ver nas cerimónias do 25 de Abril.

Pedi, então, a palavra neste ponto dos trabalhos para me congratular pessoalmente mas também como membro desta comunidade pela abertura de um equipamento de excelência como é a Unidade de Cuidados Continuados. A este respeito dizer que o PSD refere que a UCC começou com outra gente. É verdade que começou com outra gente na gestão da Misericórdia mas



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

não se esqueçam que começou também com esta gente na Câmara Municipal. Não se esqueçam que sem o empenho da Câmara Municipal, a parceria, a dedicação e responsabilidade da Câmara Municipal, muito dificilmente este equipamento estaria aberto hoje. Por isso, é importante reconhecer o trabalho da Misericórdia na pessoa do Sr. Provedor, direção e restantes irmãos, mas sem esquecer o trabalho da Câmara Municipal, quer do executivo atual quer do anterior.

Dizer ainda que, se não abriu antes foi porque o Governo do PSD não deixou, não quis e bloqueou a abertura deste equipamento na nossa terra e outros de igual função no país inteiro. Isto não pode ser esquecido!

Posto isto, refira-se que a UCC não é um equipamento qualquer. É um equipamento de excelência e que está ao dispor de todos, dos doentes e das famílias. É um equipamento ao nosso dispor, mas também ao dispor do Distrito e, em situações específicas, até ao dispor do país.

É uma resposta que devolve a esperança a quem dela necessita mas é também um motor de investimento económico e social pois cria vários postos de trabalho com prestação de serviços diferenciados e especializados. Isto é, também, investir na terra.

Estamos por isso, muito orgulhosos desta resposta criada no nosso concelho e esperamos, apesar de tudo, não vir a necessitar dela e, caso venhamos a ter essa necessidade, sabermos que estamos bem entregues porque, caro colega (Rebello), o Sr. referiu que por fora está tudo mal feito e as paredes já precisam de obras, mas por dentro pode ter a certeza que está um serviço de qualidade, com uma equipa técnica de grande competência e um serviço de excelência à disposição de quem dele precisar! Muito obrigada. Assinado, a deputada municipal Ana Isabel Alves Dias.

O deputado Acácio Gonçalves entregou o seguinte documento à Mesa: “ Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Montalegre. Venho por este meio apresentar o presente requerimento a fim de constar da ata da sessão desta Assembleia pelos seguintes motivos: 1º - O email enviado para a Assembleia Municipal em 26 de abril de 2018 não obteve qualquer resposta por parte desse órgão, uma vez que foi o ofício nº66 de 21/12/2017 desta Assembleia Municipal que esteve na origem de tal confusão, conforme se poderá confirmar pela fotocópia anexa, ao comunicar à CIM – Alto Tâmega os eleitos à Assembleia Intermunicipal nesta Assembleia em 20/12/2017, substituindo o meu nome pelo de João Carlos Moura Rodrigues, filho de V. Exa e membro deste órgão municipal. Assinado, o deputado municipal Acácio Gonçalves.”

Associou-se ao voto de pesar do Dr. Calvão da Silva que foi apresentado pelo PSD.

Congratulou-se com as atividades levadas a cabo pelo executivo municipal: sexta 13, mundial de ralicross, a abertura da UCC, Barroso património agrícola e as comemorações do 25 de abril.

Disse que foi soldado do 25 de abril. A sua família foi das perseguidas pela Pide. Esta foi a casa dele para prender a sua mãe. Tem boas recordações, mas também as tem más. O 25 de abril é de todos e exige respeito. O cravo ao peito nem a todos fica bem.

Perguntou porque é que o Plano Florestal Municipal, sendo um documento obrigatório, não foi apresentado na assembleia municipal.

Disse que o carvalhal do Avelar está abandonado. Cortam carvalhos como quem corta erva e ecologicamente o PDM não zela por ele.

Disse que na primeira sessão da Assembleia da CIM, o Dr. Ramiro lhe encheu o peito e lhe merece respeito, pois escolheu como imagem do Alto Tâmega, a aldeia de Vilarinho de Negrões. Contra tudo e contra todos. Estamos a falar da melhor região do mundo, mas tem que haver paz entre as terras e as pessoas que as dirigem.

Sobre a UCC disse que reclamou a obra e fez muito bem pois se o protocolo previa a abertura em 18 meses e demorou 9 anos, alguém tinha que reclamar. A Misericórdia tinha que ter uma conta bancária que se controlassem os gastos, mas a obrigação de abrir a obra era mais da autarquia que chamou a obra para si.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

O deputado João Soares, em representação da bancada do PS, associou-se à proposta de voto de pesar.

Deliberação: A proposta de voto de pesar pelo falecimento do Prof. Dr. João Calvão da Silva foi aprovada por unanimidade.

A Assembleia rejeitou submeter a votação a “Recomendação de Alteração do artigo 4º do Regulamento de Venda de Terrenos em Loteamentos Industriais Municipais” por dezoito votos contra e oito votos a favor.

O Senhor Presidente da Câmara respondeu a todas as questões colocadas por todos os intervenientes começando por dizer que, o conjunto de intervenções debitadas foi quase sintetizado pelo deputado Ricardo Moura. Há incongruências quando dizem que se congratulam com as várias atividades desenvolvidas pelo executivo ou com o 25 de Abril, pois há sempre um mas. Não há reconhecimento ainda que disfarçado para as realizações da Câmara. Não tem ambição de fazer tudo bem feito e nunca prometeu que ia ser feito tudo. Não se deve referenciar tudo o que a Câmara faz de bem e ao mesmo tempo verificarem-se uma carrada de denúncias, algumas delas irrelevantes.

Disse que se há desculpas a pedir nas falhas, cabem- a todos. Houve um erro pelo que pede desculpa. Já foi corrigido e tem certeza que o deputado Acácio Gonçalves irá ultrapassar isso da melhor forma. Fica contente que o deputado Acácio tenha gostado da imagem de marca de Vilarinho de Negrões aprovada por unanimidade pelo Conselho executivo da CIM onde estão presentes os seis Presidentes de Câmara. Fica contente por ver a força da mudança a reconhecer e valorizar Vilarinho de Negrões. Ao contrário do que fizeram há um tempo atrás, quando se candidatou a aldeia às 7 maravilhas de Portugal e quando consideravam que em Vilarinho só havia zombies.

Concordou que o 25 de Abril é de todos, mas é mais daqueles que não têm vergonha de dizer que são abrilistas. Não se percebe porque é que os ditos homens de Abril tenham vergonha de ostentar o cravo na lapela. Honra seja feita ao atual Presidente do PSD nacional, Dr. Rui Rio que colocou o cravo na lapela. Algo está a mudar. Os velhos do Restelo vão ter que zarpar.

Regozija-se com o facto do deputado Acácio Gonçalves simpatizar com o Dr. Ramiro da CIM pois é realmente um excelente técnico.

Gostou de ver alguns deputados da oposição na inauguração da UCC, pois não se entende porque é que tem vergonha. Hoje em dia a política faz-se nas redes sociais onde se denigre e insulta, onde não se apresenta uma única ideia e projeto de futuro.

Felicitou o deputado Acácio Gonçalves por estar a geringonçar a Força da Mudança e por manifestar interesse em sair da coligação. O milismo do PSD não conjuga bem com o que o deputado Acácio diz e defende. O Vereador José Rodrigues defende que já não há mundo rural e que troca a pista por saneamentos. O PSD posiciona-se politicamente no terreno dizendo isto e afirmando que nas sextas 13 as entradas deviam ser cobradas.

Sobre o projeto de certificação dos restaurantes disse que se trata de um projeto para envolver os empresários da restauração na temática do desenvolvimento económico da região e torná-los merecedores de uma certificação que vai ser dada por uma entidade certificadora, externa à Câmara, obedecendo a um conjunto de parâmetros. Haverá restaurantes de 3, 4 e 5 estrelas estimulando a economia circular, apoiando a agricultura, tirando o gado e as batatas aos agricultores. Acaba-se com o estigma que se come em Montalegre produtos que não são de cá e dá-se sustentabilidade ao matadouro regional. Haverá um projeto conjunto com Boticas para apresentar no Ministério da Agricultura e sendo o Barroso considerado património agrícola mundial da UNESCO, a responsabilidade torna-se acrescida.

Associou-se ao voto de pesar apresentado pelo falecimento do Dr. Calvão da Silva, uma figura proeminente da academia que nunca teve vergonha de dizer que foi pastor, que era de Barroso e que singrou na vida.

Sobre a recomendação que o PSD faz sobre os lotes da zona industrial disse que o que faz os preços dos lotes é a procura que, infelizmente, não existe. Ao contrário do que acontece em



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Chaves que está privilegiada pelo acesso que tem à rede de autoestradas. Espera que o Dr. Nuno Vaz tenha sucesso á frente dos destinos da Câmara de Chaves, pois se ele tiver sucesso, também nós temos e mais depressa se virará para a estrada de Chaves.

Informou que a Câmara irá tentar, junto do Ministério da Agricultura e da Direção Geral do Tesouro, criar um Centro Nacional da FAO no Centro de Formação Agrícola da Aldeia Nova.

Disse que não foi a Cabo Verde. Foi convidado mas não pode dar correspondência ao convite. Disse que a Assembleia da Republica saudou as Câmaras de Montalegre e Boticas, mas não fez mais do que a sua obrigação. Agora tinham obrigação de vir saber o que vai ser feito.

Falou sobre a Agência Portuguesa do Ambiente e disse que é para lá que devem enviar as queixas e denúncias, assim como fazem para outros sítios.

Disse que a ETAR é uma infraestrutura propriedade e gerida pelas Águas do Norte. O dimensionamento foi o que já tinha referido anteriormente. O problema que existe em Montalegre existe noutros concelhos. Quando atinge o limite descarrega para o rio, mas esse é um problema que não é da autarquia.

Em relação às escolas disse que dá a impressão que os problemas com a educação são todos por culpa da Câmara. Investiram-se 300 mil euros em Salto, 150 mil euros na Venda Nova, 1,5 milhão de euros perspetivados para Montalegre e o único problema que detetam é o não funcionamento do Conselho Municipal de Educação, haver uma frincha numa porta por onde entrar ou qualquer rachadela no mobiliário. Disse que a escola Bento da Cruz não entrou em obras porque o Tribunal de Contas ainda não visou o contrato, obrigando a Câmara a pedir prorrogação dos prazos ao Norte 2020. Não era preciso a deputada da Republica Dra. Manuela Tender apresentar este assunto não Sr. Ministro da Educação. Bastava um telefonema e evitava-se tal campanha e aproveitamento político.

Disse que quando o PS entrou para a Câmara os grandes problemas e ou temas políticos eram o centro de saúde, o matadouro, a UCC. Agora é a escola, o novo centro político.

Segundo o deputado Manuel Rebelo a estrada 308 foi o PSD que fez tudo, mas nem projeto havia. Pensavam que a concluíam, mas enganaram-se. Perderam as eleições.

Disse que a responsabilidade que o PS tem foi a de fazer a rede de estradas do concelho, onde se gastaram muitos milhões de euros e quando se fez a ponte para Chaves foi-se buscar dinheiro ao Interreg que entretanto cortou a torneira. Um milhão de euros que vai ser gasto no insucesso escolar e devia ser gasto em acessibilidades. Trouxe cá o Sr. Primeiro Ministro Dr. Passos Coelho e a Senhora Presidente da Assembleia para tentar negociar mas não obteve resultados. Não podemos impor que Chaves queira a ponte. Chaves tem as suas prioridades e os seus timings.

Informou que a Câmara de Montalegre tem um dívida de 2,5 milhões de euros às Águas do Norte e que brevemente irá ser apresentado o modelo de acordo para passar a dívida a zero.

Disse que Montalegre paga à Câmara de Boticas pelos animais para lá canalizados.

Disse que a ecoholding é uma empresa com promotores da terra e que está a preparar o plano de gestão florestal do concelho e está a apoiar candidaturas dos conselhos diretivos de baldios e que é beneficiada porque a Câmara tem acesso ao sistema de gestão geográfica.

Disse que a estrada 508 não abriu porque o mau tempo se estende até aos dias de hoje causando alguns prejuízos até ao empreiteiro. A FIA foi lá e viu que o Município de Montalegre que honra a palavra e cumpre.

Disse que a estrada para Chaves não abriu porque o mau tempo se estendeu até aos dias de hoje causando prejuízos para o empreiteiro.

Terminou dizendo que a UCC não abriu graças ao Governo do PSD que tantas velas acendeu para que isso não acontecesse.

Disse que depois de ir a Lisboa com o ex provedor Abel Afonso, não terem sido recebidos pelo então Secretário de Estado e sabendo que esse mesmo secretário de Estado vinha a Boticas inaugurar a UCC, pediu ao colega autarca para que pudesse falar com ele em Boticas. Em Boticas foi muito mal recebido pelo Sr. Secretário de Estado que, à frente de várias edilidade, nem sequer o quis ouvir. Digam o que quiserem, mas o processo da UCC terminou graças ao atual Provedor Fernando Rodrigues e ao Governo de António Costa.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Inscreveram-se para segunda intervenção os deputados Duarte Gonçalves, Sandra Gonçalves e Manuel Rebelo.

O deputado Duarte Gonçalves disse que vai apresentar um voto de protesto à Mesa pela intervenção feita pelo Presidente da Câmara porque está a tentar passar a mensagem que os entraves da UCC foram todos colocados pelo PSD e isso não é verdade. Foram escondidos os três de abandono da obra por parte do empreiteiro e foi assumido em tempos pelo deputado Ricardo Moura, que não havia dinheiro e essa responsabilidade era da Câmara.

Nesse período ele estava à frente da liderança do PSD em Montalegre e enquanto líder do partido não teve qualquer interferência no processo da UCC. Nem contra, nem a favor.

A deputada Sandra Gonçalves disse que a obra de Salto é de fraca qualidade pois trata-se de uma obra nova e já está cheia de humidade. O empreiteiro diz que o projeto dado pela autarquia indicava aqueles materiais e é injusto que o Presidente da Câmara diga que a culpa é das funcionárias que não sabem fazer a manutenção. Deviam acionar a garantia da obra para se corrigir o erro de construção.

O deputado Manuel Rebelo disse que o Senhor Presidente da Câmara não lhe respondeu acerca da bombagem de água da ponte de Padroso.

Sobre a estrada de Vilar disse que esta sempre teve projeto pois caso contrário não podia ser financiada.

Perguntou pelo acesso à A24 pois aquando da vinda do Dr. Durão Barroso a Montalegre, foi prometida a ligação de Montalegre a Boticas.

O Senhor Presidente da Câmara disse que o Dr. Durão Barroso não enganou apenas o deputado Manuel Rebelo. Enganou meio mundo.

Disse que está a ser preparado um acordo com as Águas de Trás-os-Montes que terá que ser aprovado pelo Governo, para que se possa consumir a água da barragem, passando a dívida a zero e a bobagem de Montalegre e Salto desaparecerá.

Assumi que vê no deputado Duarte Gonçalves um político sério, honesto e que sabe abraçar as boas causas independentemente da cor política. Mas vê-o completamente descontextualizado do PSD. Se um dia quiser filiar-se no PS ele não se importa de ser o seu padrinho.

Realçou que nunca disse que a culpa das falhas da obra de Salto era das funcionárias. Disse que vai pedir ao técnico da Câmara que vá averiguar o que se passa. Disse que vai ver se as anomalias tem a ver com erro de construção ou, porventura, falta de cuidados por parte das funcionárias.

4 – Período da Ordem do Dia:

4.1 - Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, acerca da atividade do município, bem como da respetiva situação financeira, nos termos do disposto na alínea c), do n.º 2, do artigo 25.º, e n.º 4, do artigo 35.º, ambos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Inscreveu-se para intervir o deputado Pedro Barroso.

O deputado Pedro Barroso entregou o seguinte documento à Mesa: “No seguimento do que foi perguntado aqui na anterior Assembleia Municipal queria saber o que ações já estão no terreno para fazer cumprir as recomendações legais do governo acerca da prevenção dos incêndios,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

nomeadamente a limpeza de faixas nas bermas das estradas municipais. Pois tenho visto muito envolvimento dos privados para limparem os seus terrenos e a Câmara sinto que tem estado um pouco aquém do que seria exigido. E digo isto porque percorro todos os dias as nossas estradas municipais.

Além disso aproveito para pedir que se faça uma revisão ao piso em vários lugares que sofreram muito com as intempéries do mês de Março. Digo um caso em particular que é no desvio de Codeçoso ao pé do cemitério onde se encontra uma autêntica cratera no piso. Mas há várias outras situações que espero que sejam corrigidas em breve. Assinado, o deputado municipal Pedro Barroso”.

O Senhor Presidente da Câmara, sobre a prevenção dos incêndios disse que não há orçamento que dê para fazer o que a lei determina. Disse que vai gastar dinheiro na limpeza das áreas florestadas. Vão começar pela Corujeira onde já há um estudo feito, onde se vão colocar todos os operadores de máquinas a trabalhar para ver se no espaço de um mês se consegue fazer o trabalho proposto. É também intenção da Câmara construir brigadas para podar o carvalho concelho. É uma ideia que está a ser trabalhada pois temos essa obrigação.

Salientou ainda que a repavimentação da rede viária tem que ser feita. O Clube Automóvel de Vila Real recebe 40 mil euros sendo que 25 mil são para a FPAK e os restantes são para o clube que desempenha um excelente trabalho.

Disse que se está a trabalhar em projetos de cabras sapadores, 3 para a freguesia de Salto e 1 para Morgade.

A Assembleia tomou conhecimento.

4.2. Apreciação e votação dos documentos de prestação de contas do exercício económico de 2017 – mapas de prestação de contas e relatório de gestão;

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Inscreveram-se para intervir os deputados Duarte Gonçalves, Nuno Pereira e Acácio Gonçalves.

O deputado Duarte Gonçalves disse que tecnicamente nada tem a referir. Os relatórios são sempre detalhados e elogiou os técnicos da autarquia.

Disse que o Presidente disse que o resultado líquido era positivo mas não é. É um grande relatório, mas com pouco a dizer fruto de uma gestão monótona, sem dinamismo económico, apenas com dinheiro a sair dos cofres. Exige-se mais ambição, mais criatividade, criação de políticas que devem alavancar o concelho. Não concorda que haja uma excelente gestão com tão fracos resultados.

Sobre o plano de atividades disse que se verifica uma baixa execução de participação comunitária que ficou nos 48,7% de execução.

Sobre o plano plurianual de investimento disse que há coisas que não foram conseguidas e admira-o, pois sendo o Presidente um defensor do meio ambiente e da ecologia, e vê a nível da preservação do ambiente e conservação da natureza uma execução nula.

Referiu que a dívida não aflige, é controlável e respeita a lei, apesar do empréstimo da estrada para Chaves ainda não ter sido utilizado. A bancada do PSD abstém-se.

O deputado Acácio Gonçalves disse é a primeira vez que vê a despesa e a receita contrabalançadas. No entanto, há coisas que estão mal e tem que falar nelas, como é o caso dos saneamentos. Disse quem em ano de eleições foram previstos vários saneamentos e só executaram o de Morgade. Não é normal. Parece que está a seguir as políticas praticadas pelo ex-presidente quando diz que não faz saneamentos porque não há gente nas aldeias. Ou se faz



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

em todas as aldeias ou não se faz em nenhuma. Ao se fazer o saneamento tem que se pensar logo no abastecimento de água.

Disse que a Câmara de Montalegre não é pobre. É remediada e que poderia fazer melhor. Os rendimentos da energia eólica e das rendas da EDP rondam os 2 milhões de euros e devem ser repensados os acordos com as freguesias. Não é justo que não recebam nada. Devem ainda evitar-se gastos supérfluos.

Relativamente às piscinas municipais disse que devia ser repensada já que se fala na construção de uma nova. Outra obra que também está parada é a do campo de tiro. Não se percebe.

Sobre o acordo com as Águas de Trás-Os-Montes disse que não percebe esse protocolo pois o que inicialmente foi combinado era que Montalegre dava a água e eles faziam as ETARS mas nada é feito. Não percebe.

O deputado Nuno Pereira prescindiu do uso da palavra.

O Senhor Presidente da Câmara pediu desculpa pela leitura errada do documento sendo que o resultado operacional é mesmo negativo. Isto deve-se ao facto da Câmara entregar 2 milhões de euros às Associações e contabilisticamente serem consideradas como perdas.

Falou das políticas de competitividade e assumiu que andam à procura de investidores, mas não é fácil.

O call center não foi nenhuma jogada político promocional. Era vontade da Câmara em criá-lo mas como era na língua francesa foi mais difícil. Este call center iria obrigar a Câmara a contrair despesa, mas como se iriam criar postos de trabalho, a autarquia iria avançar.

Informou que foi conseguido um projeto de interesse Nacional para o conselho de Montalegre para avançar com um projeto na margem da barragem do Alto Rabagão.

A baixa participação no Norte 2020 é sim um facto, mas a culpa é do Governo que centrou os projetos para 2018 e 2020 e isso causa asfixia financeira.

A situação financeira da Câmara é muito boa e não foi esta realidade que herdaram em 1989.

O ano de eleições não obriga a perder o tino. Os saneamentos de Salto e S. Vicente estão financiados. Parafita e Ormeche vão iniciar brevemente. S. Lourenço, Solveira, Vila da Ponte, Morgade e Ladrugães já foram feitos os projetos. O encaixe financeiro que a Câmara recebe é aplicado em todo o terreno concelhio para fazer face às necessidades mais prementes. Trata-se de política social e inteligente.

Disse que há algumas estações de tratamento que vão ser melhoradas mas tem que haver consciência que os saneamentos não ajudam a fixar pessoas. Só servem para agitação política como arma de arremesso.

Sobre a piscina disse que havia a intenção de fazer uma no parque do rio Cávado mas como se gastou dinheiro no projeto de eficiência energética para as piscinas, reconsiderou-se. Vamos aguardar o resultado da candidatura.

Sobre o acordo com as Águas do Norte disse que esse assunto foi trazido à assembleia municipal.

Deliberação: Aprovado por maioria com sete abstenções, dos deputados Duarte Gonçalves, José João Carvalho de Moura, Acácio Gonçalves, Sandra Gonçalves, Iva Rebelo, José Fernando Moura e Manuel Rebelo.

4.3. 1ª Revisão aos Documentos Previsionais do ano financeiro 2018 (Revisão ao Orçamento da Despesa, Revisão do Orçamento da Receita, Plano de Atividades Municipais e Plano Plurianual de Investimento);

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Deliberação: Aprovado por maioria com uma abstenção do deputado Manuel Rebelo.

4.4 - Pedido de apoio financeiro, formulado pela Junta de Freguesia de Ferral, destinado a suportar a despesa com a realização do programa do Evento Misarela 2018;

Este ponto foi retirado.

4.5 - Regularização extraordinária RERAE (DL.165/14, de 5 de novembro) - Declarações de Interesse Público Municipal;

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Inscreveu-se para intervir o deputado Acácio Gonçalves.

O deputado Acácio Gonçalves disse que estas declarações foram rejeitadas pelo Ministério da Agricultura. Ele já em 2017, em reunião da assembleia municipal havia alertado para o exagero que se estava a cometer. Não sabe como é que a Câmara vai resolver este assunto pois o PDM em questões ambientais é bastante rigoroso.

O Senhor Vice-presidente da Câmara disse que a Câmara passou mais de duas mil declarações de interesse municipal aos agricultores que solicitaram esse parecer.

O que foi feito foi dividir esses pareceres em dois distintos: um a dizer que dentro das regras do PDM, a edificação já existente pode ser legalizada e outra a dizer que, segunda a lei, podem ser construídos armazéns com 200m² e amovíveis.

Para que os agricultores não sejam prejudicados, assume a culpa de não ter informado que o Plano especial do Parque se sobrepõe ao PDM e pede aprovação desta proposta de regularização.

Deliberação: Aprovado por maioria com uma abstenção do deputado Acácio Gonçalves.

4.6 - Proposta de designação de júri de recrutamento de cargos de direção intermédia de 2º grau. Divisão de Finanças (DF);

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Inscreveu-se para intervir o deputado Acácio Gonçalves.

O deputado Acácio Gonçalves assumiu que errou quando disse que havia ilegalidades na criação de certas divisões. Os serviços e a Mesa também lhe podiam ter dito que a lei foi alterada. Deu um louvor à Câmara pois ele, já em 2013 alertou para que a constituição do júri fosse feita por elementos externos à autarquia, e agora a Câmara seguiu o seu conselho de modo a tornar os processos mais transparentes.

Deliberação: Aprovado por unanimidade.

4.7 - Proposta de designação de júri de recrutamento de cargos de direção intermédia de 2º grau, Divisão de Ordenamento do Território, Urbanismo e Obras Municipais (DO-TUOM);

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Não houve intervenções.

Deliberação: Aprovado por unanimidade.

4.8 - Proposta de designação de júri de recrutamento de cargos de direção intermédia de 3º grau, Unidade de Serviços Operativos (USO);

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

Deliberação: Aprovado por unanimidade.

4.9 - Proposta de designação de júri de recrutamento de cargos de direção intermédia de 1º grau, Departamento de Planeamento e Gestão do Território. (DPGT);

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

Deliberação: Aprovado por unanimidade.

4.10 - Designação de júri de recrutamento de cargos de direção intermédia de 2º grau, Divisão Administrativa (DA);

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

Deliberação: Aprovado por unanimidade.

4.11 - Designação de júri de recrutamento de cargos de direção intermédia de 2º grau, Divisão de Ambiente e Serviços Urbanos (DASU);

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

Deliberação: Aprovado por unanimidade.

4.12 - EHATB, EIM, SA / Relatório de Execução Orçamental 4º trimestre 2017;

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

A Assembleia tomou conhecimento.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

4.13 - EHATB, EIM, SA / Dossier de Prestação de Contas de 2017;

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

A Assembleia tomou conhecimento.

4.14 – Informação relativa aos compromissos plurianuais;

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

A Assembleia tomou conhecimento.

5 – Período após a ordem do dia.

Tendo em conta a necessidade de dar cumprimento às deliberações tomadas na presente sessão, foi a minuta desta ata lida em voz alta e aprovada por unanimidade, nos termos do disposto no n.º 1 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou a Assembleia que terminada a discussão da ordem do dia e não havendo público que manifestasse vontade de intervir, deu por encerrada a sessão.

O Presidente da Assembleia

Fernando José Gomes Rodrigues

O 1º Secretário

Manuel da Silva Carvalho

O 2º Secretário

Olímpia Maria Caldas Fernandes Vinhas